



## RESULTADOS DO PEI 2015-2020 TRT7 – 2017

Documento:	Relatório de Resultados do PEI 2015-2020 TRT7 - 2017
Versão e data:	1.0, de 9/2/2018
Responsável(is):	Ana Paula Borges de Araújo Zaupa Ana Valéria Santos Cavalcante
Conteúdo:	Original
Versão e data:	2.0, de 5/3/2018
Responsável(is):	Ana Paula Borges de Araújo Zaupa
Conteúdo:	Retificação do IAM; retificação do parâmetro de grau de cumprimento do iConc; esclarecimento do uso da cláusula de barreira como parâmetro para cálculo do IAM, quanto às metas 9 – iConc e 5 – TMDP1c; retificação do quadro resumo de indicadores

Fevereiro – 2018



**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE**



O processo de acompanhamento de resultados do Plano Estratégico Institucional (PEI) do TRT7, das Metas Nacionais do CNJ e das Metas da Justiça do Trabalho (JT) do CSJT se deu através do Sistema de Metas Nacionais – CNJ e do Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho (SIGEST) – CSJT.

Em 2017, o TRT7 conseguiu resultados significativos, tendo cumprido nove de treze metas mensuradas e alcançado grau de cumprimento limítrofe (superior a 98%) em uma das quatro metas remanescentes.

Apresentam-se, a seguir, os resultados do TRT7 em 2017, organizados segundo o PEI deste Regional, com divisão por perspectiva, objetivos, indicadores e metas, com indicação da correlação com as metas nacionais, específicas para a Justiça do Trabalho e macrodesafios do CNJ, e às metas exclusivamente constantes do plano da JT. Os indicadores referidos, à exceção dos iGovs (de apuração bianual, conforme os levantamentos até então executados pelo Tribunal de Contas da União – TCU), têm periodicidade de mensuração mensal.

## **PERSPECTIVA RECURSOS**

### **Objetivo 1: Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida**

#### **Indicador 1: iGovPessoas**

Os “iGov”s são levantamentos elaborados pelo TCU, por meio de questionários, os quais visam avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão da Administração Pública Federal em cada área. Foca nos três mecanismos de governança: liderança, estratégia e controle.

No Relatório Individual do iGovPessoas do TRT7 – 2016, foram esclarecidos os estágios de capacidade no índice de Governança:

#### **Intervalos segundo estágio de capacidade em cada fator:**

<b>ESTÁGIOS</b>	<b>INTERVALOS</b>
INEXISTENTE	0 a 19,99%
INICIAL	20 a 39,99%
INTERMEDIÁRIO	40 a 70%
APRIMORADO	70,01 a 100%

Fonte: TCU.



**Meta 1 (PEI-TRT7) (JT):**

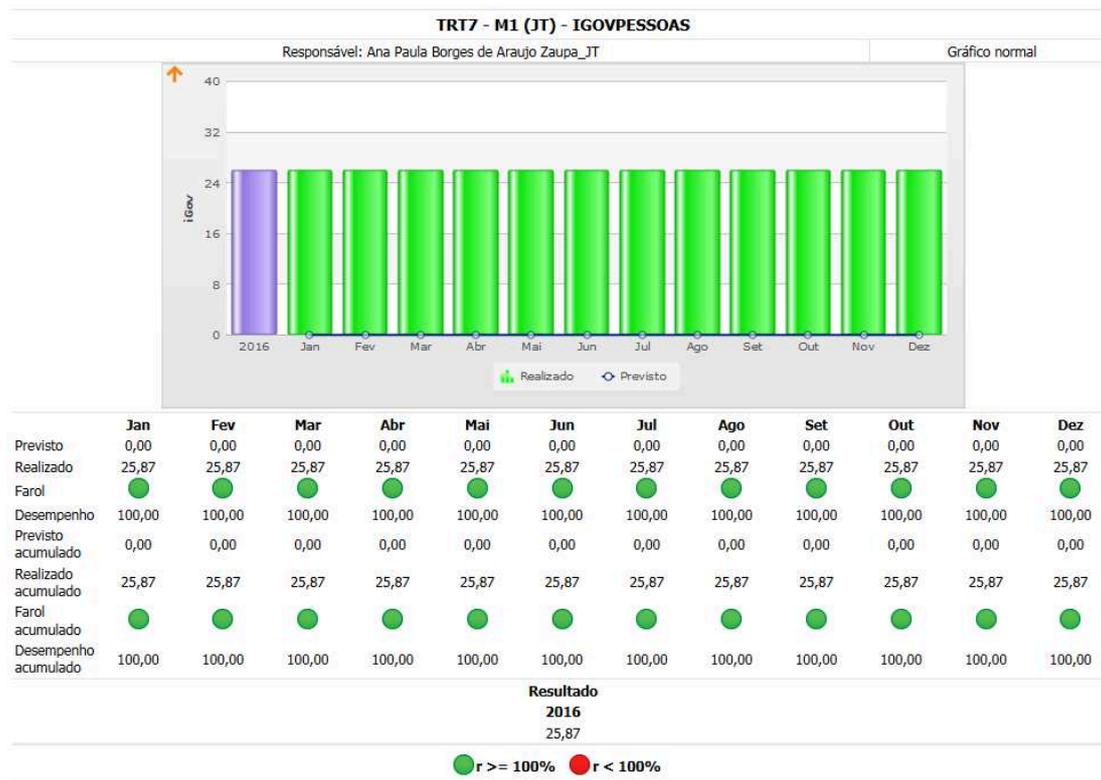
Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGov Pessoas.

2016	2018	2020
Inicial	Intermediário	Aprimorado

Não havia meta especificamente para o exercício de 2017, vez que até então a apuração do indicador era bianual. Considerando que apenas em 2018 se previra alcançar o estágio intermediário do iGov, era esperado que, em 2017, o TRT7 se mantivesse no estágio inicial.

**Realizado:** Em 2016 o resultado do TRT7 foi 25,87% (estágio inicial); no ano seguinte, o levantamento do iGov passou a ser realizado anualmente e em conjunto (um mesmo questionário para os iGovs de Pessoas, de TIC, de Aquisições, de Governança Institucional etc), mas ainda não foi divulgado o resultado de 2017.

**Grau de cumprimento: 100%. META CUMPRIDA.**



Fonte: Sigest

**Análise crítica:**

O grau de cumprimento do TRT7 foi de 100%, uma vez que a meta era a manutenção do enquadramento da organização no estágio inicial.

O resultado, no entanto, sinaliza para a importância do desdobramento da Estratégia na área de Gestão de Pessoas, o que se encontra em andamento.



**Objetivo 2: Aperfeiçoar a gestão de custos**

**Indicador 2: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)**

**Fórmula simplificada:**

$$\text{IEOD} = \frac{\text{Valor efetivamente liquidado, em 2017}}{\text{Total do orçamento disponibilizado}} \times 100$$

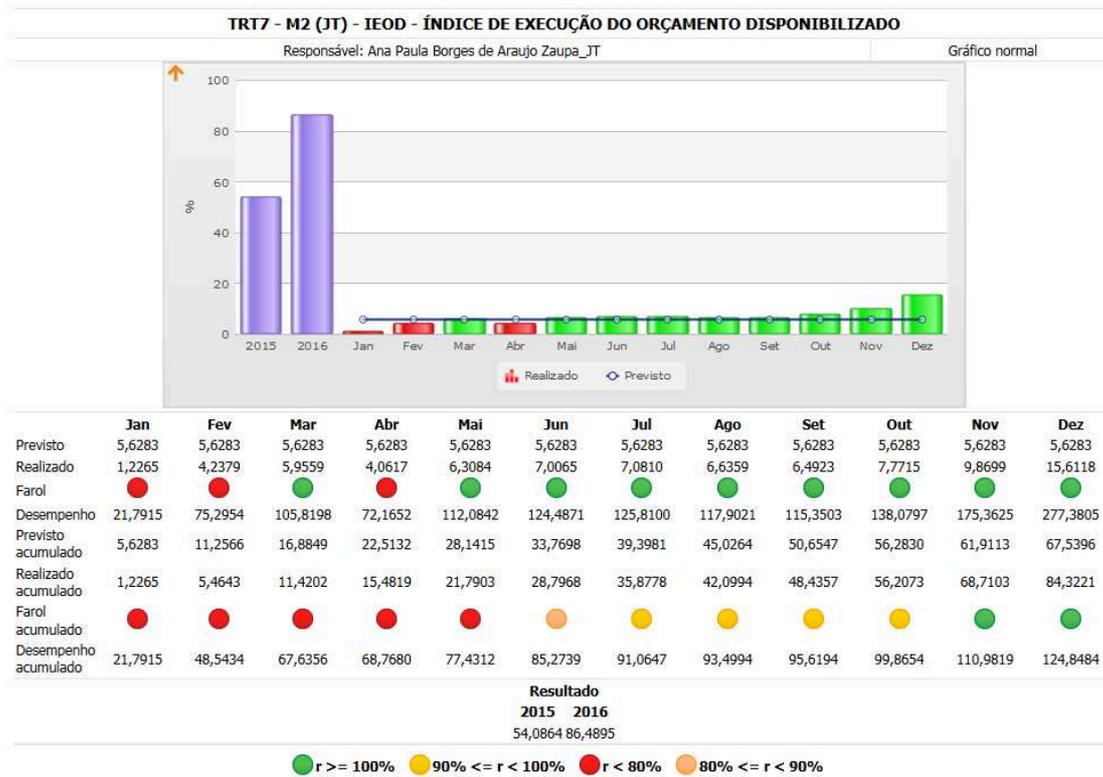
**Meta 2 (PEI-TRT7) (JT):**

Aumentar, em 2017, o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 (65,54%), em dois pontos percentuais.

**Critério de cumprimento:** 100% se o índice for igual a 67,54%.

**Índice Realizado:** 84,32%.

**Grau de cumprimento:** 124,85%. **META CUMPRIDA.**



Fonte: Sigest

**Análise crítica:**

Em 2016, o IEOD realizado foi de 86,49%, implicando grau de cumprimento de 129,11%; o resultado de 2017 (124,85%) apontou para decréscimo de 4,26 pontos percentuais no desempenho.



A peculiaridade do orçamento reduzido em 2016 e as medidas adotadas para garantir a máxima liquidação possível no exercício, tendo em vista os efeitos futuros para o Tribunal da PEC dos 20 anos, contribuíram para o resultado superior no ano correspondente.

**Objetivo 3: Aprimorar a infra-estrutura e a governança de TIC**

**Indicador 3: iGovTI**

O iGovTI é um levantamento elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio de questionário, o qual visa avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão de TI na Administração Pública Federal. O questionário está baseado nos três mecanismos da governança: Liderança, Estratégia e Controle.

No Relatório Individual do TRT7 – 2016 foram esclarecidos os estágios de capacidade no índice de Governança de TI, inclusive com indicação de mudança de parâmetro a partir de 2014:

**Tabela 5. Comparativo entre os níveis de capacidade**

Nível de capacidade	2010 e 2012	2014 e 2016
Inicial	$0,00 \leq iGovTI < 0,40$	$0,00 \leq iGovTI < 0,30$
Básico	-	$0,30 \leq iGovTI < 0,50$
Intermediário	$0,40 \leq iGovTI < 0,60$	$0,50 \leq iGovTI < 0,70$
Aprimorado	$0,60 \leq iGovTI \leq 1,00$	$0,70 \leq iGovTI \leq 1,00$

Fonte: TCU

**Meta 3 (PEI-TRT7) (JT):**

Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGov TI.

2016	2018	2020
Intermediário	Intermediário	Aprimorado

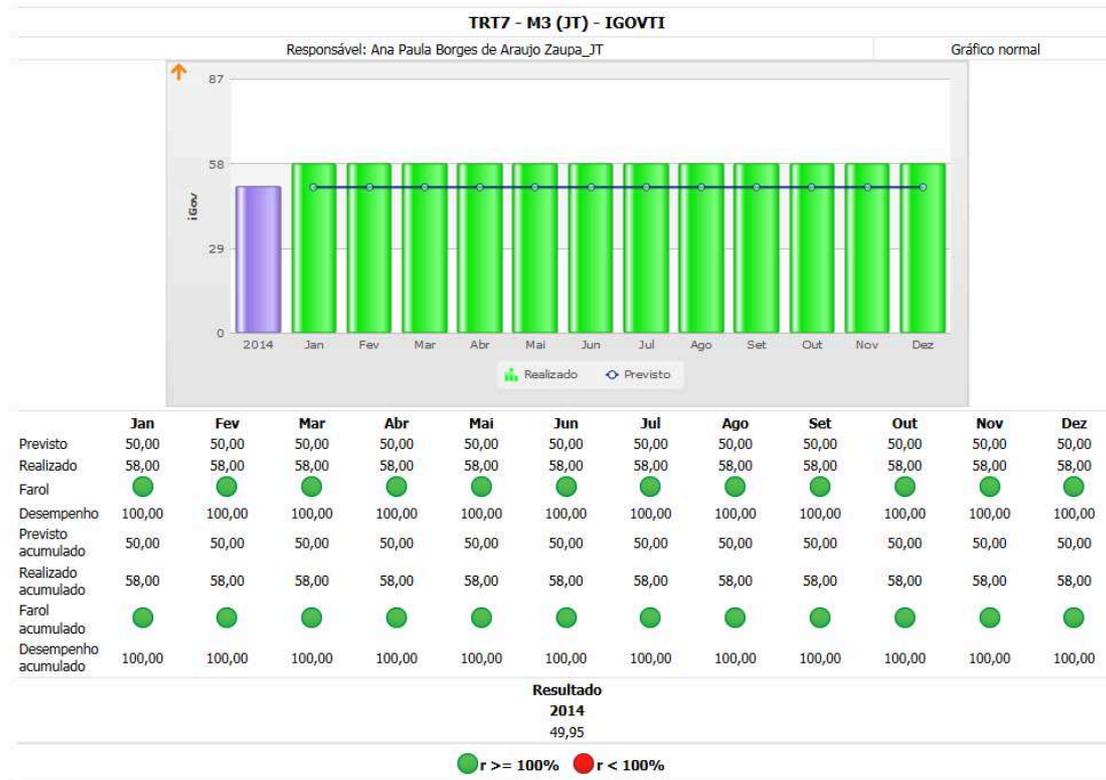
Em 2016, a meta era estar no estágio intermediário de governança de TI.

Não havia meta especificamente para o exercício de 2017, vez que até então a apuração do indicador era bianual. Sendo o objetivo o estágio intermediário para 2016 e para 2018, naturalmente era esperado que, em 2017, o TRT7 se mantivesse no mesmo estágio.

**Realizado:** Em 2016, o TRT7 alcançou 58% (estágio intermediário); no ano seguinte, o levantamento do iGov passou a ser realizado anualmente e em conjunto (um mesmo questionário para os iGovs de Pessoas, de TIC, de Aquisições, de Governança Institucional etc), mas ainda não foi divulgado o resultado de 2017.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE



Fonte: Sigest

**Grau de cumprimento: 100%. META CUMPRIDA.**

**Análise crítica:**

O resultado espelhou a melhoria contínua da governança de TIC no âmbito do TRT7.

**Perspectiva: Processos Internos**

**Objetivo 4: Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional**

**Indicador 4: Tempo médio de duração do processo no 2º Grau (TMDP2)**

**Fórmula simplificada:**

$$\text{TMDP2} = \frac{\text{Somatório (Data da baixa - data da autuação/recebimento)}^*}{\text{Nº de Processos Baixados}} \times 100$$

\* Dos processos baixados no 2º Grau, no ano.

**Meta 4 (PEI-TRT7) (JT)/ Meta Específica CNJ para a JT:**

Reduzir o tempo médio de duração do processo, no **2º Grau**, em relação ao ano base 2016 (**291 dias**), em 4%, para os TRTs que contabilizaram o prazo médio de 201 a 300 dias (TRT7).



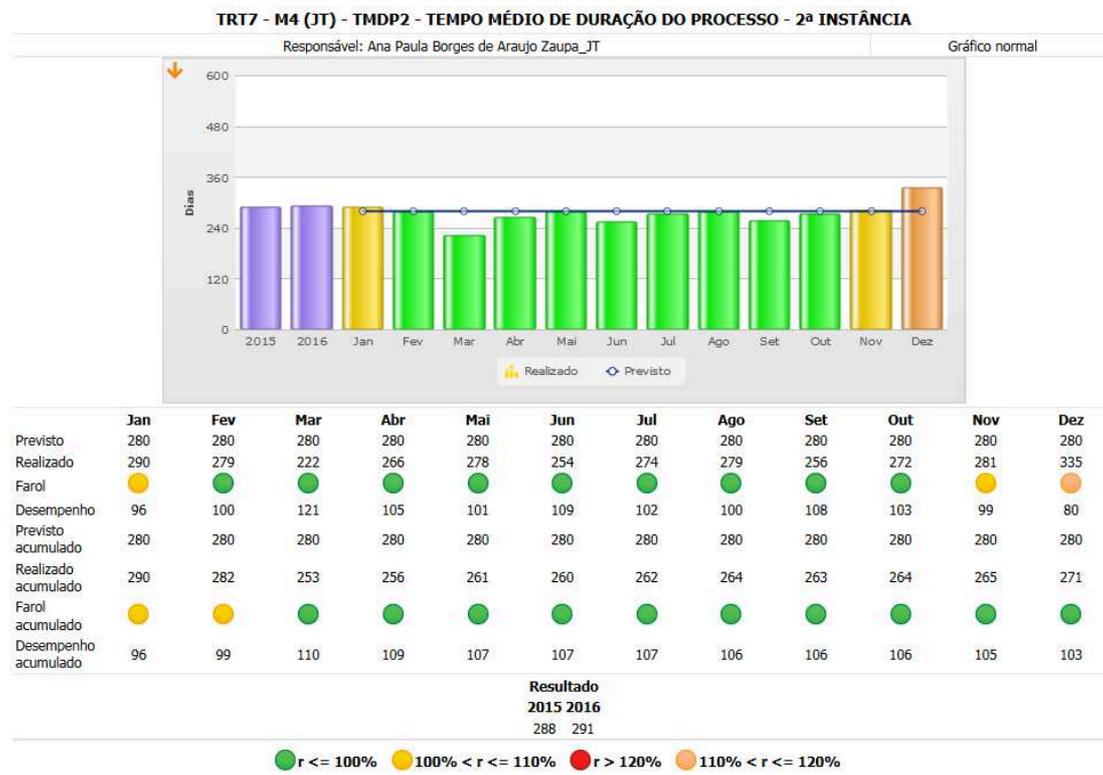
**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE**



**Critério de cumprimento:** prazo médio igual ou inferior a 280 dias.

**Realizado:** 271 dias.

**Grau de cumprimento: 103,3%. META CUMPRIDA.**



Fonte: Sigest

**Análise crítica:**

Em 2016, o TMDP2 realizado foi de 291 dias contra 239 dias da meta, ou 78,10% de desempenho; em 2017, realizou-se prazo médio de 271 dias contra a meta de 280 dias, com grau de cumprimento de 103,3%.

O resultado espelhou incremento de desempenho de 25,2 pontos percentuais, em relação a 2016.

A melhora se deveu à mobilização registrada no 2º Encontro de Assessores de Desembargadores do TRT7, dia 8/12/2016, para identificar e solucionar problemas do andamento dos processos no 2º Grau. Para tanto, contaram com programas específicos desenvolvidos no SICOND, e ainda assessoria de Estatístico da SGE.

**Indicador 5:** Tempo médio de duração do processo no 1º Grau – Fase de Conhecimento (TMDP1c)

**Fórmula simplificada:**

$$\text{TMDP1c} = \frac{\text{Somatório (data da prolação da sentença – data do ajuizamento da ação)}^{ii}}{\text{Nº de Processos com Sentenças Prolatadas}}$$



ii Dos processos que tiveram prolação de sentença, no 1º Grau, no ano.

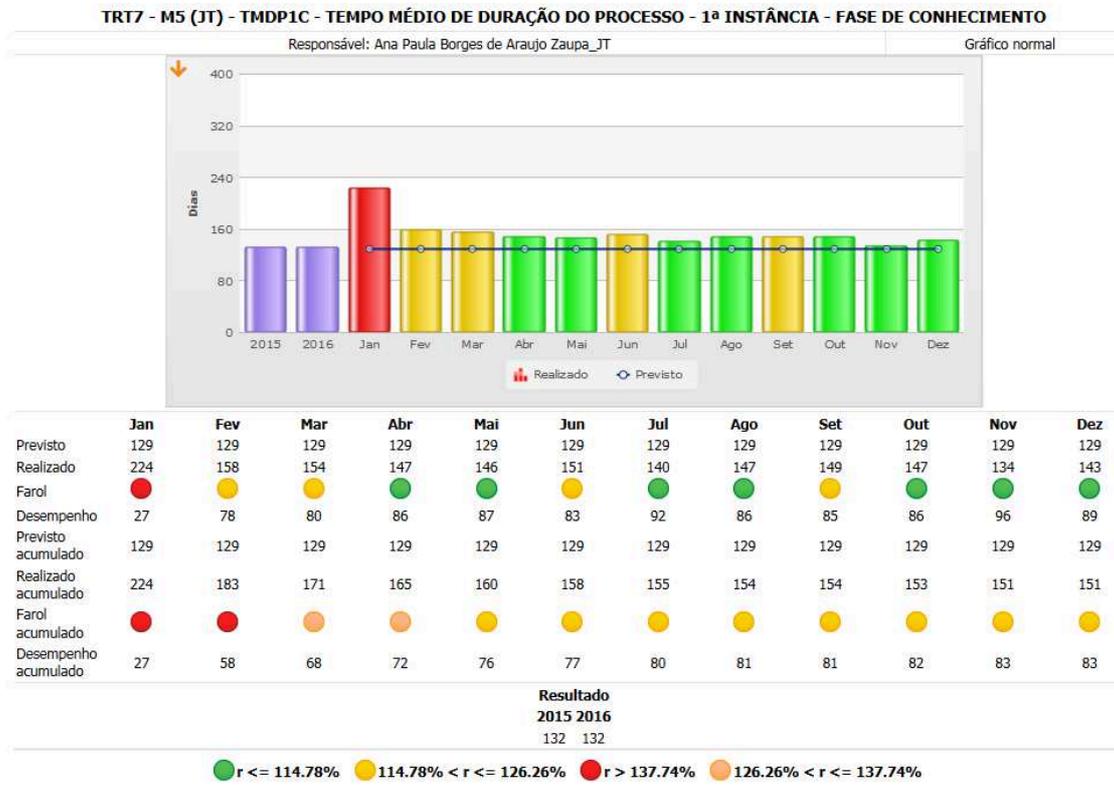
**Meta 5 (PEI-TRT7) (JT)/ Meta Específica CNJ para a JT:**

Reduzir o tempo médio de duração do processo no 1º Grau, na fase de conhecimento, em 2%, em relação ao ano base 2016 (132 dias).

**Critério de cumprimento:** prazo médio igual ou inferior a 129 dias. entretanto, o glossário de metas do CSJT estabeleceu cláusula de barreira, redundando na consideração de meta cumprida se o prazo médio alcançado fosse igual ou menor que 148 dias.

**Realizado:** 151 dias.

**Grau de cumprimento:** 83,27%.



Fonte: Sigest

**Análise crítica:**

Em 2016, o TMDP1 realizado foi de 132 dias contra 122 dias da meta, ou 92,16%; em 2017, o TMDP1 realizado foi 151 dias contra 129 dias da meta, ou 83,3%. Houve decréscimo no desempenho de 8,86 pontos percentuais.

Constatou-se que os esforços voltados à conversão dos processos físicos com sentença transitada em julgado em eletrônicos (Cadastro de Liquidação e Execução – CLE) prejudicaram o andamento normal dos trabalhos das varas, dada a carência dos servidores, implicando aumento do prazo médio.



**Indicador 6: Índice de Processos Julgados (IPJ)**

**Fórmula simplificada:**

$$IPJ = \frac{\text{Nº de Processos de Conhecimento Julgados}}{\text{Nº de Processos de Conhecimento Distribuídos}} \times 100$$

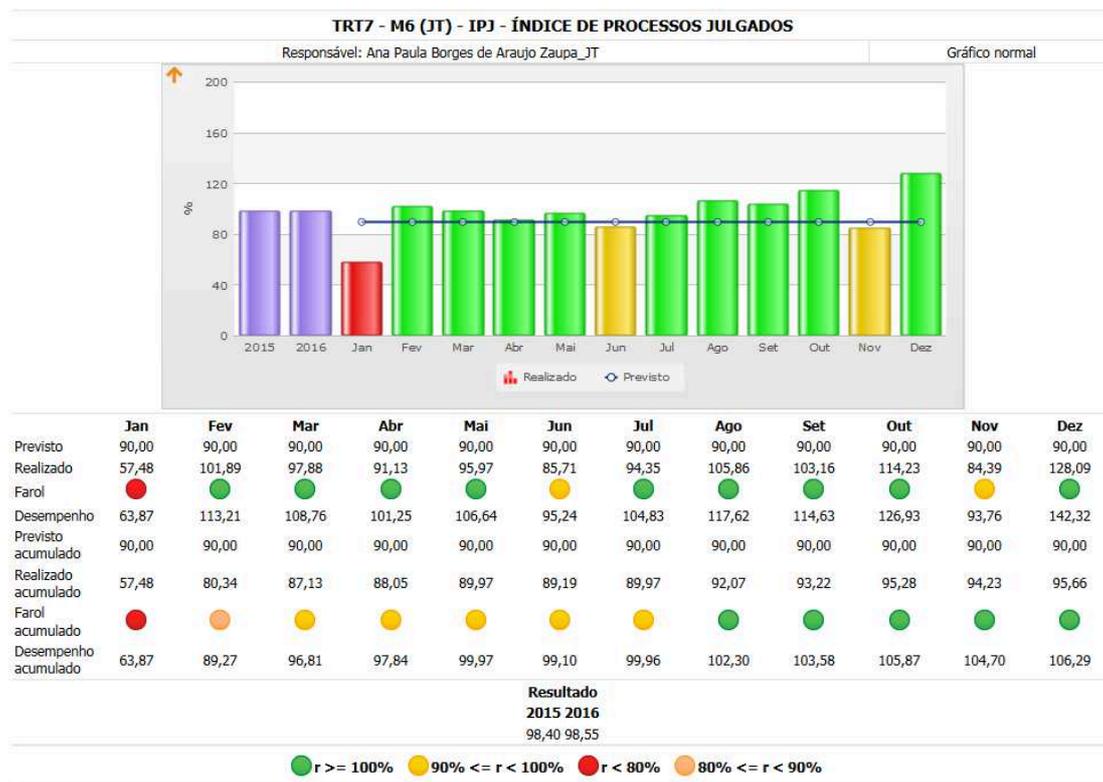
**Meta 6 (PEI-TRT7) (JT)/ Meta Nacional 1 (CNJ):**

Julgar pelo menos 90% da quantidade processos de conhecimento distribuídos no período.

**Critério de Cumprimento:** a meta será considerada cumprida se o Tribunal Regional do Trabalho julgar pelo menos 90% dos processos recebidos no ano corrente.

**Índice Realizado:** 95,66%.

**Grau de cumprimento: 106,29% . META CUMPRIDA.**



Fonte: Sigest

**Análise crítica:**

Em 2016, o grau de cumprimento do TRT7 foi 98,58%. Com os resultados de 2017, constatou-se um incremento de 7,71 pontos percentuais no desempenho do Regional. Na correlação com o número de processos distribuídos, entretanto, houve queda, uma vez que em 2016 a meta era julgar mais processos que os iniciados. A carência de servidores, por certo, é fator que contribuiu para o resultado.



**Indicador 7: Índice de Processos Antigos (IPA)**

**Fórmula simplificada:**

$$\text{IPA} = \frac{\text{Processos Antigos Julgados}}{\text{Processos Antigos Distribuídos}} \times 100$$

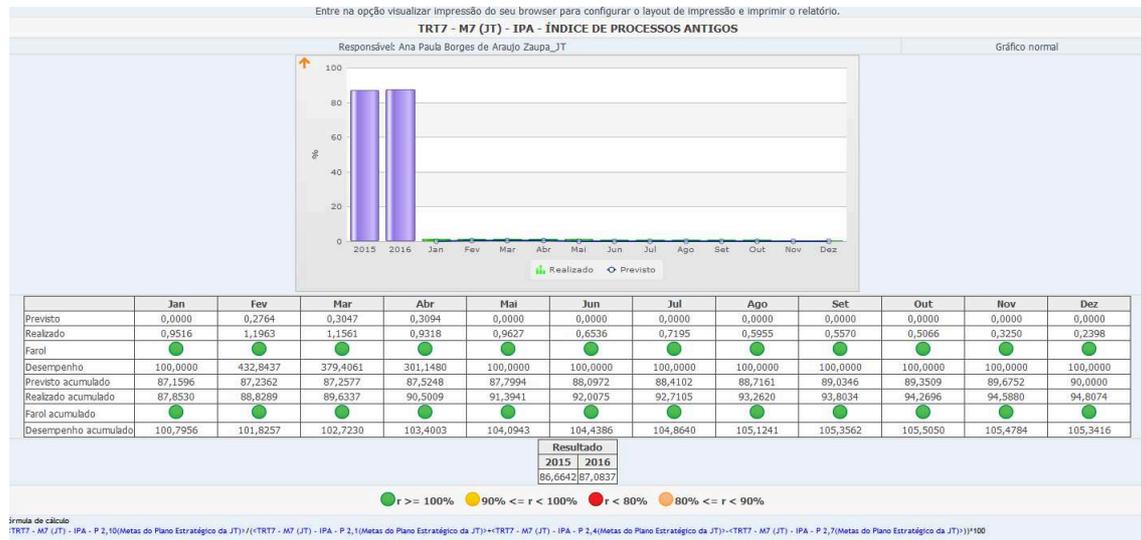
**Meta 7 (PEI-TRT7) (JT)/ Meta Nacional 2 (CNJ):**

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, nos 1º e 2º Graus.

**Critério de Cumprimento:** considera-se cumprida a meta se forem identificados e julgados pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º e 2º graus.

**Índice Realizado:** 94,81%.

**Grau de cumprimento: 105,34% . META CUMPRIDA.**



Fonte: Sigest

**Análise crítica:**

Em 2016, o grau de cumprimento do TRT7 foi 101,07%. Com o resultado de 2017, constatou-se incremento de 4,27 pontos percentuais no desempenho institucional.

**Indicador 8.1: Índice de Ações Coletivas Julgadas de 1º Grau (IACJ1)**

**Fórmula simplificada:**

$$\text{IACJ1} = \frac{\text{Nº de Ações Coletivas Julgadas no 1º Grau}}{\text{Nº de Ações Coletivas Distribuídas no 1º Grau}} \times 100$$

**Meta 8 (PEI – TRT7) (JT) / Meta Nacional 6 (CNJ):**

Priorizar o julgamento das Ações Coletivas.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

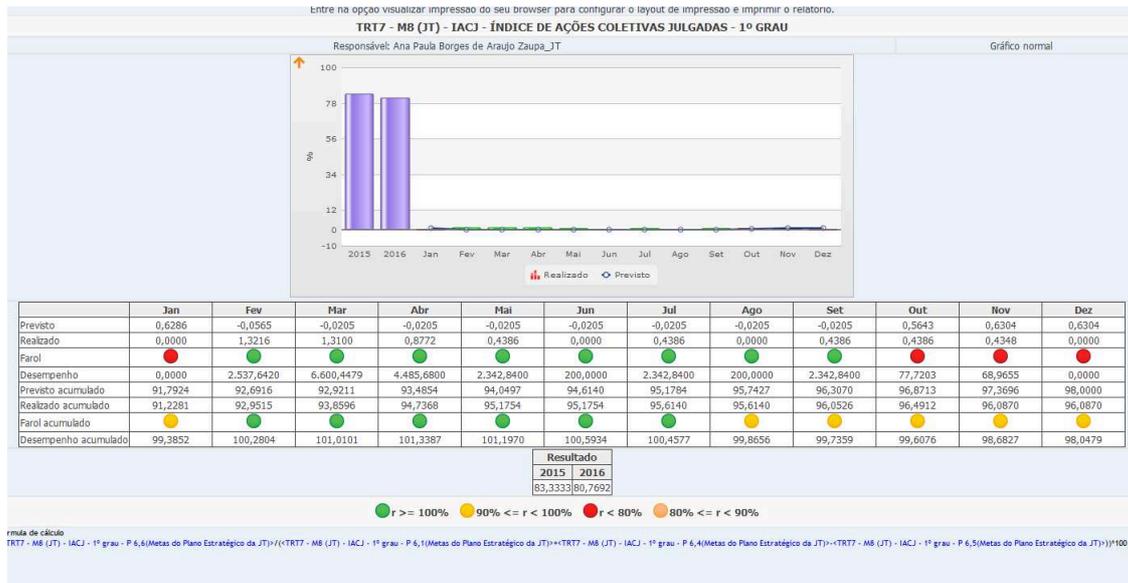


**Meta 8.1:** Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º Grau.

**Critério de Cumprimento:** a meta será cumprida quando forem identificados e julgados pelo menos 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º Grau.

**Índice Realizado:** 96,06%.

**Grau de cumprimento:** 98,05%.



Fonte: Sigest

Em 2016, o TRT7 alcançou 95,40% de grau de cumprimento da meta (julgamento de 93,50% dos processos alvo). Revela-se incremento de 2,65 pontos percentuais no desempenho.

**Indicador 8.2: Índice de Ações Coletivas Julgadas de 2º Grau (IACJ2)**

**Fórmula simplificada:**

$$IACJ2 = \frac{\text{Nº de Ações Coletivas Julgadas no 2º Grau}}{\text{Nº de Ações Coletivas Distribuídas no 2º Grau}} \times 100$$

**Meta 8.2:** Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 2º Grau.

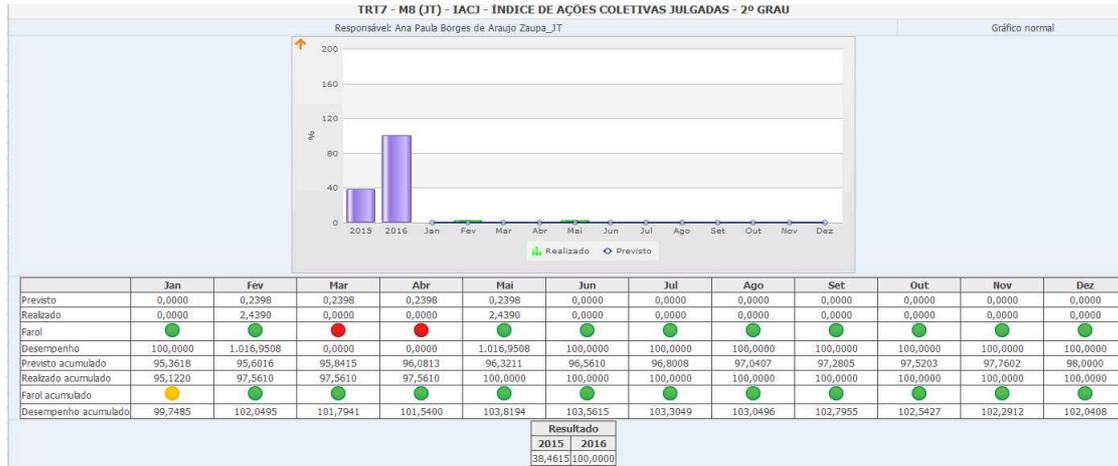
**Critério de Cumprimento:** considera-se cumprida a meta se forem identificados e julgados pelo menos 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015, no 2º Grau.

**Índice Realizado:** 100%.

**Grau de cumprimento:** 102,04%. META CUMPRIDA.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE



Fonte: Sigest

### Análise crítica:

Manteve-se o mesmo desempenho observado no exercício anterior.

**Objetivo 5: Estimular a conciliação e as soluções alternativas de negociação de conflitos**

**Indicador 9: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc)**

**Fórmula simplificada:**

$$\text{ICONc} = \frac{\text{Conciliações}}{\text{Solucionados}} \times 100$$

**Meta 9 (PEI-TRT7) (JT)/ Meta Nacional 3 (CNJ):**

Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014 (55,09%), em 2 pontos percentuais.

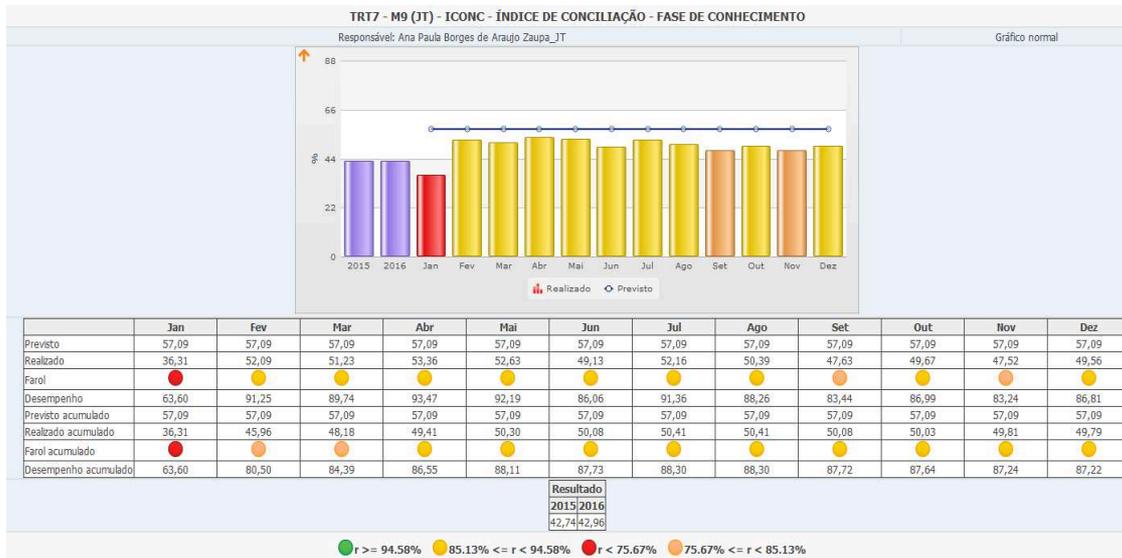
**Critério de Cumprimento:** considera-se cumprida a meta se o índice realizado for igual ou superior a 57,09%; entretanto, o glossário de metas estabeleceu cláusula de barreira, redundando na consideração de meta cumprida se o índice realizado chegar a 54%.

**Índice Realizado:** 49,79%.

**Grau de cumprimento:** 87,22%. Em relação à cláusula de barreira, o grau de cumprimento foi de 92,20%, resultado espelhado no Sistema de Controle de Acesso do CNJ.



**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE**



Fonte: Sigest

### Análise crítica:

Em 2017, o grau de cumprimento do TRT7 foi de 92,20%; decréscimo de 6,29 pontos percentuais em relação a 2016 que fora de 98,49%.

## Objetivo 6: Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes

### Indicador 10: Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

#### Fórmula simplificada:

$$IRA = \frac{(\text{Processos pendentes de julgamento em 2016} \times 0,98)}{\text{Pendentes de jgto em 2016} + \text{Distribuídos} - \text{Julgados}} \times 100$$

#### Meta 10 (PEI-TRT7) (JT)/ Meta Nacional 7 (CNJ):

Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior

**Critério de Cumprimento:** grau de cumprimento igual ou superior a 100%.

**Índice Realizado:** 65,25%.

**Grau de cumprimento:** 65,25%.

Obs.: No Sistema de Controle de Acesso do CNJ, o relatório de acompanhamento desta meta elenca seu percentual de cumprimento igual a zero, em conformidade com o Glossário de Metas Nacionais do Poder Judiciário-2017, Versão 2-CNJ, transcrito abaixo:

#### Fórmula de cálculo:

Se  $P7.7 \leq \Sigma P7.4 + \Sigma P7.5 - \Sigma P7.6$ , então o percentual de cumprimento da meta = 0%.

Caso contrário,



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE

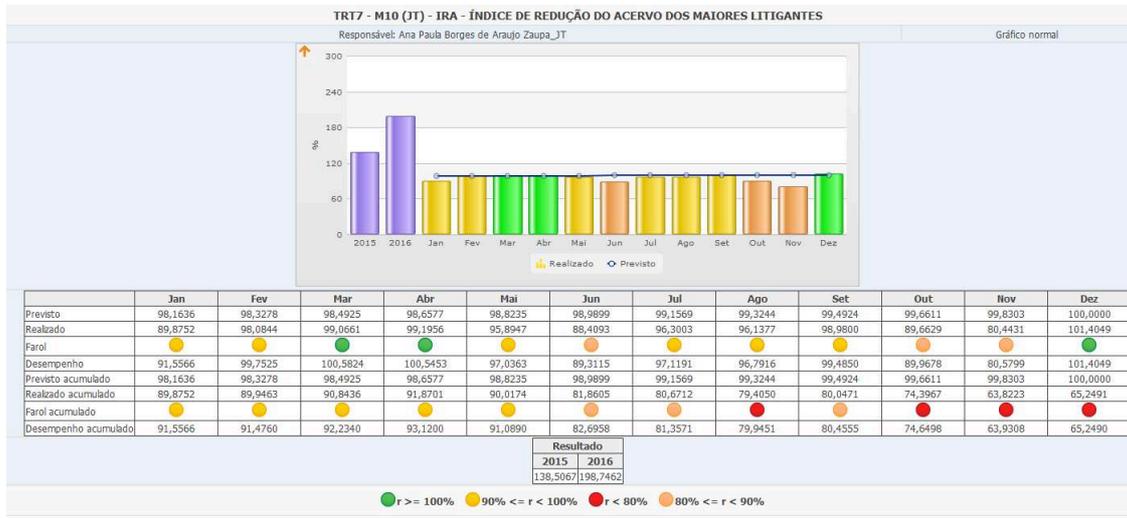


Percentual de cumprimento =  $P7.3 * k / (P7.3 + \Sigma P7.4 + \Sigma P7.5 - \Sigma P7.6 - \Sigma P7.7) * 100$ ,

onde:

$k = 0,975$  para o TST; e

$k = 0,98$  para os Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho.



Fonte: Sigest

### Análise crítica:

Em 2016, o grau de cumprimento do IRA foi de 198,75%; o resultado de 2017 ficou bem abaixo, com decréscimo de 133,5 pontos percentuais no grau de cumprimento.

Há indícios de que a queda abrupta no desempenho se deva a retificação na metodologia de apuração das variáveis integrantes do indicador, o que ainda é objeto de estudo pela Secretaria de Gestão Estratégica.

## Objetivo 7: Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais

### Indicador 11: Índice de Execução (IE)

#### Fórmula simplificada:

$$IE = \frac{\text{Nº de Execuções Baixadas}}{\text{Nº de Execuções Iniciadas}} \times 100$$

#### Meta 11 (PEI-TRT7) (JT) / Meta Nacional 5 (CNJ):

Baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período.

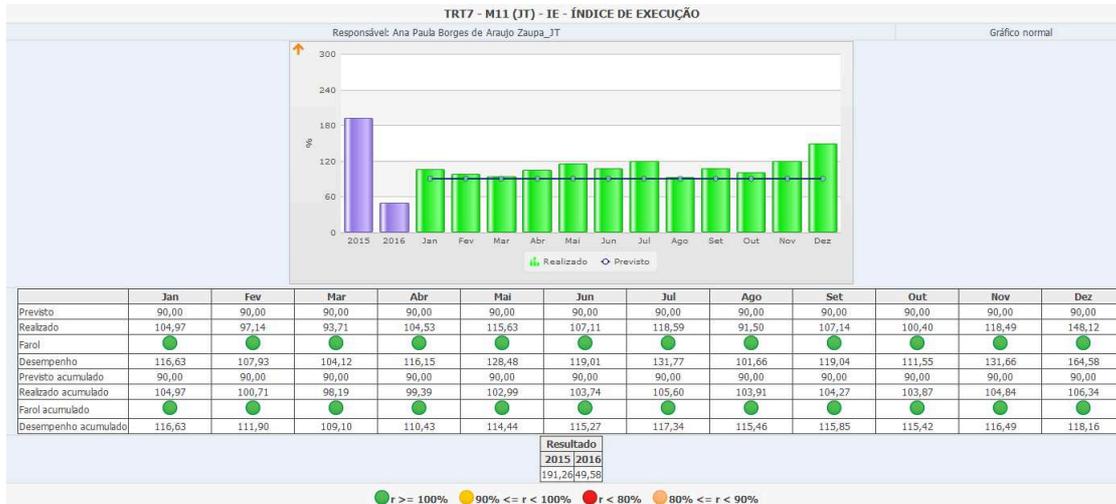
**Critério de Cumprimento:** A meta estará cumprida se, no final de 2017, houverem sido baixadas execuções em número equivalente a 90% das iniciadas no mesmo ano.

**Índice Realizado:** 106,34%.

**Grau de cumprimento:** 118,16%. META CUMPRIDA.



**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE**



Fonte: Sigest

**Análise crítica:**

Em 2016, o grau de cumprimento do TRT7 foi de 49,58%; Com os resultados de 2017, constatou-se incremento de 68,58 pontos percentuais.

O desempenho nesse indicador deve-se, provavelmente, ao procedimento adotado por algumas Varas Trabalhistas de, ao identificar diversas execuções com o mesmo polo passivo, em busca de otimizar os esforços, proceder à reunião dos diversos processos em um único, dando-se baixa nos demais.

**Objetivo 8: Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção**

**Indicador 12: iGov**

Os “iGov”s são levantamentos elaborados pelo TCU, por meio de questionários, os quais visam avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão da Administração Pública Federal em cada área. Foca nos três mecanismos de governança: liderança, estratégia e controle.

**Meta 12 (PEI-TRT7) (JT):**

Aumentar, em relação à última apuração, a pontuação alcançada em 15 pontos percentuais até 2020.

2016	2018	2020
3pp	9pp	15pp
32%	38%	44%

Avaliação iGov 2014  
Resultados do TRT7  
Nota: 29%  
Estágio: inicial



**Realizado:** Em 2016 não houve apuração desse indicador; no ano seguinte, o levantamento do iGov passou a ser realizado anualmente e em conjunto (um mesmo questionário para os iGovs de Pessoas, de TIC, de Aquisições, de Governança Institucional etc), mas ainda não foi divulgado o resultado de 2017.

**Perspectiva: Sociedade**

**Objetivo 9. Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania**

**Indicador 13: Índice de Alcance das Metas (IAM)**

**Meta 13 (PEI-TRT7) (JT):**

Atingir e manter pontuação entre 60 e 75 em 2017.

A meta 13 espelha o desempenho atingido pelo tribunal em todas as metas acompanhadas.

**Fórmula:**  $IAM = (MP1) + (MP2 \times 2) + (MP3 \times 3)$

Metas com peso 1 atribuído	Metas com peso 2 atribuído	Metas com peso 3 atribuído
Meta 1 (IGovPessoas)	Meta 7 (IPA)	Meta 4 (TMDP2)
Meta 2 (IEOD)	Meta 8 (IACJ – 1º Grau)	Meta 5 (TMDP1)
Meta 3 (iGovTI)	Meta 8 (IACJ – 2º Grau)	Meta 6 (IPJ)
Meta 12 (iGov)	Meta 9 (ICONc)	Meta 11 (IE)
	Meta 10 (IRA)	

Registre-se que, no plano original a meta era de atingir e manter a pontuação entre **58 e 72**, até 2020. 72 era a pontuação máxima para 12 metas, e 58, a pontuação correspondente a 80% do valor máximo.

Após a revisão formalizada mediante a Res. CSJT 157/2015, e a edição do Glossário do Plano Estratégico da JT, versão 1.0, de 16/3/2016, a faixa de cumprimento foi alterada para **62 a 78**, em razão da duplicação do indicador IACJ. 78, pontuação máxima para 13 metas, e 62, a pontuação correspondente a 80% do valor máximo.

Desse modo, em decorrência da não realização ou não divulgação do levantamento referente ao **iGov** em 2016 e nem em 2017, e com a desconsideração do referido indicador no cálculo do IAM, a faixa da meta, que anteriormente era situada “entre 62 a 78 até 2020”, resultara alterada, para fins de relatório de resultados, para **60 a 75**. 75 será a pontuação máxima para 12 das 13 metas, excluído apenas o iGov, e 60, a pontuação correspondente a 80% do valor máximo.

Registre-se, por fim, que na apuração do IAM, as metas, qualquer que fosse seu peso, são pontuadas com 1 ponto, se situadas entre 80% e 90%; com 2 pontos, se entre 90% e 99,99%, e com 3 pontos se alcançassem 100% ou mais.



**PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE**



**Realizado:** 62 pontos.

METAS PESO 1	P*	= P x 1	METAS PESO 2	P*	= P x 2	METAS PESO 3	P*	= P x 3
1 - IGovPessoas	3	3	7 - IPA	3	6	4 - TMDP2	3	9
2 - IEDO	3	3	8.1 - IACJ1	2	4	5 - TMDP1c	2	6
3 - IGovTI	3	3	8.2 - IACJ2	3	6	6 - IPJ	3	9
12 - IGov	0	0	9 - iConc	2	4	11 - IE	3	9
			10 - IRA	0	0			
		9			20			33
<b>TOTAL</b>								<b>62</b>

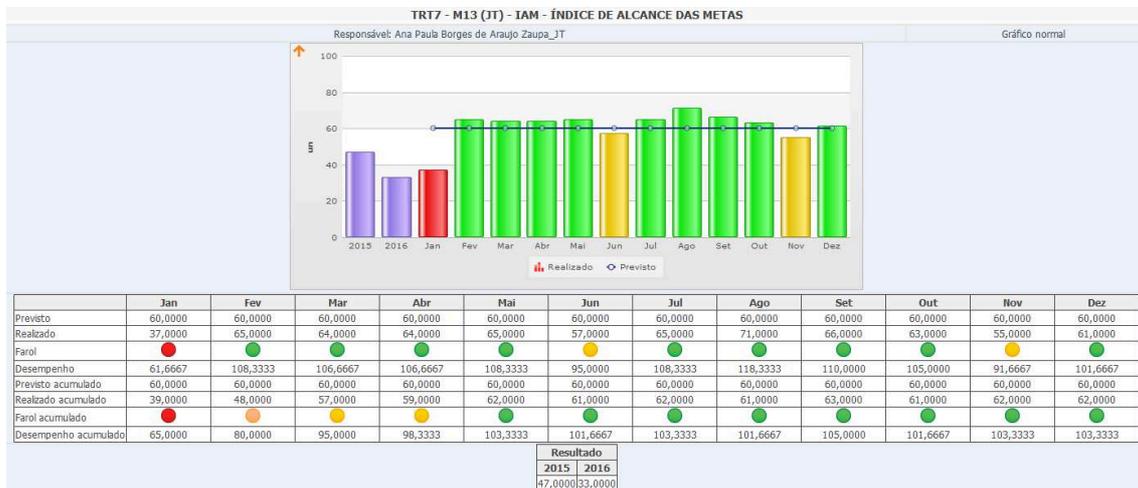
\* Pontuação

Fonte: SGE/TRT7

É de se esclarecer, quanto às metas 9 – iConc e 5 – TMDP1c, que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para fins de apuração do Índice de Alcance de Metas (IAM), considera como parâmetro a cláusula de barreira, e não a meta propriamente dita, quando aquela for inferior a esta.

Assim, considerando a cláusula de barreira do iConc (54%), o desempenho do TRT7 seria de 92,20%; e a partir da cláusula de barreira do TMDP1c (148 dias), o desempenho do Regional seria de 97,97%. Assim, para essas duas metas, a pontuação do Tribunal na apuração do IAM foi de 2 pontos (para metas com grau de cumprimento entre 90% e 99,99%).

**Grau de cumprimento: 103,33% (de 60 pontos). META CUMPRIDA.**



Fonte: Sigest

**Análise crítica:**

Em 2016, o IAM realizado foi de 47 pontos, representando um grau de cumprimento de 78,33% da meta; em 2017, com grau de cumprimento de 103,33%, houve um incremento de 25 pontos percentuais em relação ao ano anterior, espelhando a melhoria geral no desempenho do Regional.



PODER JUDICIÁRIO – JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE



**RESUMO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DO PEI 2015-2020 – 2017**

Indicador N°	Denominação do Indicador	Índice de Referência	Meta (2017)	Realizado (2017)	Grau de Cumprimento
<b>Objetivo Estratégico 1: Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida</b>					
1	iGov de Pessoas	Não se aplica	Inicial (entre 20 e 39,99%)	Inicial (25,87%) (2016)	100%
<b>Objetivo Estratégico 2: Aperfeiçoar a gestão de custos</b>					
2	Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)	65,54% MÉDIA (2011, 2012, 2013)	67,54%	84,32%	124,85%
<b>Objetivo Estratégico 3: Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC</b>					
3	iGovTI	Não se aplica	Intermediário (entre 40% e 70%)	Intermediário (58%) (2016)	100%
<b>Objetivo Estratégico 4: Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional</b>					
4	Tempo médio de duração do processo – 2º Grau	291 dias (2016)	280 dias	271 dias	103,25%
5	Tempo médio de duração do processo – 1º Grau – conhecimento	132 dias (2016)	129 dias	151 dias	83,27%
6	Índice de Processos Julgados – IPJ	Não se aplica	90%	95,66%	106,29%
7	Índice de Processos Antigos – IPA	Não se aplica	90%	94,81%	105,34%
8.1	Índice de Ações Coletivas Julgadas – 1º Grau – IACJ1	Não se aplica	98%	96,09%	98,05%
8.2	Índice de Ações Coletivas Julgadas – 2º Grau – IACJ2	Não se aplica	98%	100%	102,04%
<b>Objetivo Estratégico 5: Estimular a conciliação e as soluções alternativas de negociações de conflitos</b>					
9	Índice de conciliação – Fase de conhecimento (ICONc)	55,09% MÉDIA (2013/2014) <sup>(1)</sup>	57,09%	49,79%	87,22%
<b>Objetivo Estratégico 6: Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes</b>					
10	Índice de Redução de Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)	Não se aplica	100%	65,25%	65,25%
<b>Objetivo Estratégico 7: Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais</b>					
11	Índice de Execução – IE	Não se aplica	90%	106,34%	118,16%
<b>Objetivo Estratégico 8: Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção</b>					
12	iGov	Não se aplica	Inicial – 32%	nd	Não se aplica
<b>Objetivo Estratégico 9: Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e os direitos da cidadania</b>					
13	Índice de Alcance das Metas (IAM)	Não se aplica	60	62	103,33%

**Legendas:**

nd – dado não disponível

<sup>(1)</sup> Houve alteração da base.

**Fontes:** Sigest, SICOND, TCU e Secretaria de Gestão Estratégica